

---

## **A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

José Carlos Antunes de Melo

Aluno do Programa Associado de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

(Mestrado) UEPB/UFCG – PPGDR

[jvmsossego@hotmail.com](mailto:jvmsossego@hotmail.com)

Dra. Rosilene Dias Montenegro

Professora do Departamento de História da UFCG

[rosilenedm@hotmail.com](mailto:rosilenedm@hotmail.com)

### **1. Introdução**

A cidade de Sossego/PB, localizada na Mesorregião do Agreste Paraibano, Microrregião do Curimataú Ocidental, possui um significativo número de assentamentos rurais, sobretudo em comparação aos municípios ao seu entorno. São quatro assentamentos rurais onde residem mais de 200 famílias, representando uma população de mais de 900 pessoas, algo em torno de 30% da população do município. A maioria destas famílias foram assentadas a partir de 1998 em propriedades adquiridas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária junto aos proprietários locais, terras estas que serviam muito mais para a especulação imobiliária e como pastagem para os rebanhos de gado do que para a agricultura, deixando de cumprir assim sua função social prevista no artigo 184 da CF.

Implantados em uma região cuja economia encontrava-se estagnada e com baixíssimos índices de desenvolvimento urbano-industrial, os assentamentos rurais tem sido de grande importância para dinamizar a economia local e influenciar na dinâmica interna dessas pequenas cidades.

Este trabalho tem o objetivo de discutir o processo de transição da condição de “sem terra” para a de produtor rural e quais foram os impactos que a implantação destes assentamentos provocou junto ao núcleo urbano do município onde está inserido. Para tanto, buscaremos dimensionar quais as transformações ocorridas nas comunidades, haja vista a nova realidade que passa a fazer parte da vida de cada família assentada e,

---

os aspectos mais relevantes na relação campo/cidade, mapeando as interferências que a população assentada tem provocado na dinâmica da municipalidade.

### **1.1. Justificativa**

O Brasil caracteriza-se por ser um país marcado pela alta concentração fundiária, onde a terra está nas mãos de uma pequena elite rural. Segundo dados atualizados do INCRA, 46% das terras do campo estão nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais. Outra marca do campo é histórica exploração do trabalhador rural, provocando longa lista de conflitos no campo. Fruto deste histórico de exploração e conflitos surge as Ligas Camponesas e o Movimento dos Sem Terra - MST, movimentos nascidos no século XX como expressão da insatisfação do homem do campo com sua situação e como espaço de luta por uma reforma agrária que faça da terra um local de produção agrícola e não de especulação financeira. A principal base do discurso ideológico do MST está no artigo 184 da Constituição Federal. No referido artigo está escrito que “Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social...” (STRAZZACAPPA, 2006, p.52).

O município de Sossego, criado em 29/04/1994 através da Lei Estadual N° 5.901 e instalado em 01/01/1997, já em 1998 sofre o impacto desta luta e entra no mapa da Reforma Agrária com a criação dos primeiros assentamentos rurais. Este processo produz diferentes dinâmicas nas relações sociais, econômicas, políticas, espaciais, dentro do município de Sossego, estabelecendo novos níveis de relacionamento do núcleo urbano e o espaço rural.

A posse da terra estabelece modificações na vida das famílias beneficiadas que passam agora para a condição de donos de seu pedaço de terra. Este fato, por si só, caracteriza-se como um evento de mais alta importância social, visto que representa a ruptura do modelo de relação social vigente, cuja base estava na exploração da mão-de-obra das famílias sem terra que não possuíam outra alternativa econômica. O novo cenário aparece quando estas famílias alcançam o acesso a terra, podendo dialogar com os latifundiários e com os poderes públicos na condição de proprietários de seus próprios meios de produção, ou seja, na condição de produtores rurais. Esta condição de

---

proprietário de terra reveste o assentado de uma nova e importante identidade: **a de agricultor, de produtor rural.**

Sobre esta questão Wanderley afirma que “É neste sentido que se pode afirmar a atualidade da questão fundiária no Brasil. A concentração da terra foi, e continua sendo, a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento”. (WANDERLEY, 2009, p.11). Sobre este mesmo tema, José Vicente Tavares dos Santos nos diz que “(...) a condição de proprietário de terra e dos outros meios de produção assegura ao camponês o domínio sobre o processo de trabalho e assim lhe dá a condição de trabalhador independente. Ainda que subordinado formalmente ao capital” (SANTOS, 1979, p.130).

Neste trabalho buscaremos entender esta transposição. Antes os proprietários estabeleciam sua vontade por controlarem o acesso a terra, mais importante fonte de renda da região, deixando os trabalhadores reféns de sua vontade. Agora, com a posse da terra há uma significativa mudança nos níveis de relacionamento, pois, os assentados não dependem mais das diárias ou da situação de moradores. Estão economicamente emancipados.

Neste sentido, para de fato compreender esta mudança, se faz necessário conhecer os impactos que estes assentamentos rurais provocaram no município de Sossego e em seu entorno e esta é a proposta sobre a qual se pauta este trabalho.

## **2. Os assentamentos e as identidades**

A instalação destes assentamentos no município de Sossego trouxe consigo as condições objetivas e subjetivas que interferiram de forma direta e indireta sobre a dinâmica de cada família assentada e o redimensionamento de uma realidade de vida que já vinha a algumas gerações. Estas famílias, por não terem um pedaço de terra para trabalhar e produzir o alimento para o seu sustento, tinham que trabalhar nas terras dos proprietários locais. Alguns trabalhavam como diaristas, recebendo valores vergonhosos por um dia de trabalho, outros eram meeiros - modalidade de trabalho rural baseada no pagamento de uma taxa pelo uso da terra, geralmente 1/3 ou 1/2 da cultura produzida e outros eram posseiros. Havia também os moradores, famílias que residiam e

trabalhavam nas terras do patrão, exercendo funções de vaqueiro, segurança e outras atividades de pouco valor econômico.

O processo de implantação dos quatro assentamentos no município teve início em 1998 com a instalação dos Assentamentos Padre Assis e São Luis. Em 2004 foi a vez do Assentamento Santo Antonio e, em 2007 o Assentamento Acapus, último dos quatro. Há uma média de 50 famílias assentadas em cada um. Este processo possibilitou às condições objetivas que desencadearam um processo de significativas mudanças, sobretudo do ponto de vista das relações sociais, pois, cada família assentada, de forma individual ou coletivamente, passou a construir a sua nova **identidade de produtor rural**, condição esta referendada por uma série de conquistas que passaram a ser incorporadas ao seu dia-a-dia e que contribuíram para forjar e legitimar a nova situação das famílias assentadas.

Segundo Leite:

O acesso à terra possibilita aos assentados construir e ocuparem novos espaços sociais e também fora dos assentamentos, com reflexos sobre os centros urbanos dos municípios onde se localizam. É nesses espaços que se exprime a nova identidade desses trabalhadores como grupo social. (LEITE et al, 2003, p. 132)

Ainda sobre o mesmo tema, Wanderley nos diz que:

Desta forma, a questão assume uma clara dimensão política, pois se trata de compreender o agricultor familiar como um ator social partícipe pleno do processo, da sua sociedade, em geral, e mais diretamente, das transformações da agricultura e do meio rural. Os agricultores familiares são vistos, assim, como protagonistas dos processos sociais que vivenciam, e o lugar que ocupam na sociedade, (...)"'. (WANDERLEY, 2009, p. 16)

A primeira grande mudança observada dar-se no campo das relações sociais, visto que a instalação do assentado representou uma ruptura com a estrutura de trabalho presente no campo que perdurava desde o início do século XX, perpassando diversas gerações. Os proprietários de terras, sabendo da necessidade das famílias trabalhadoras que não tinham outras alternativas de trabalho, promoviam um sistema de exploração que, além de resultar em grandes lucros econômicos, visto que ficavam com a grande parte da produção, também impedia a emancipação econômica dos trabalhadores, pois,

a parte que lhes tocava mal dava para o seu sustento. Como assinalam Medeiros e Leite, “o assentamento representa uma ruptura com a situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relação de poder” (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 22).

Esta ruptura foi da mais alta importância, permitindo que as famílias assentadas passassem da situação de excluídos sociais à condição de sujeitos, agentes ativos do processo de formação político-social do meio no qual está inserido e até influenciando sobre a realidade das comunidades localizadas em seu entorno. Wanderley nos diz que “O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato. (WANDERLEY, 2009, p.189).

Estas comunidades ao se emanciparem sócio-economicamente, passam a representar um grupo de pessoas organizadas em torno de um objetivo comum a ser seguido, trazendo unidade para o debate em torno do acesso a terra, modificando a forma de dialogar com os poderes públicos e com os agentes locais, fazendo com que estes agentes e o próprio poder público repensassem a sua estratégia de dialogo, pois, se antes podiam impor sua vontade a cada um, agora precisavam refazer a sua estratégia já que estão frente a um novo grupo com um objetivo definido e com um número grande de pessoas que precisavam ter suas reivindicações levadas em consideração. Como ressalta Souza:

Com a implantação dos assentamentos e a organização da produção dos mesmos com base da agricultura e no trabalho familiar, passou a ocorrer um novo fluxo de demandas por bens e serviços a serem supridos pelo núcleo urbano. Essa demanda é provocada principalmente pelo aumento do número de pessoas que estão morando nas glebas, e também pela elevação do poder de compra dessas pessoas, em decorrência da venda de seus produtos agropecuários. Assim, incentivados pelo maior número de pessoas e recursos, o núcleo urbano teve que incrementar e diversificar as atividades ligadas ao comércio e aos serviços em geral. (SOUZA,1996, p.54).

Nesta perspectiva, a instalação dos assentamentos revestiu-se de uma importância significativa pela possibilidade de transformação de amplo setor de “grupos de marginalizados” em novos sujeitos políticos que entraram em cena no jogo do poder, criando um fato novo no meio de uma sociedade absolutamente apegada aos valores tradicionalistas, avessa a qualquer mudança em sua estrutura de poder. No caminho das

grandes mudanças ocorridas no processo de construção de sua nova identidade, a de se considerar a mudança do **status social**. Agora ele se assenta na condição de **Produtor Rural**, situação esta que lhe abre as portas de diversos setores que antes pareciam inalcançáveis, possibilitando o acesso a diversos bens com os quais sempre sonhara, mas que nunca tivera as condições objetivas de adquiri-los.

Como afirma Medeiros e Leite:

Com efeito, a criação do assentamento e a obtenção do status de produtor rural assentado permitiram o acesso, ainda que pontuado de dificuldades, desse segmento a benefícios dos quais anteriormente estavam completamente excluídos. É o caso, por exemplo, do crédito rural. Para além da sua importância no sentido de impulsionar a atividade econômica do assentado, os recursos mobilizados para o crédito estimulam um conjunto de atividades locais (comércio de insumos e implementos, material de construção, eletrodomésticos etc.). (MEDEIROS e LEITE, 2004, p.36)

Como agricultor, este cidadão viu abrir-se portas e possibilidades que antes pareciam intransponíveis. Ele agora tem sua própria casa, ou seja, um endereço fixo, seu lote de terra, vê aberto o crédito bancário e comercial, chegando, em muitos casos, a alcançar à condição de empregadores, contratando outras pessoas para trabalharem em suas terras numa inversão total de situação anterior. De acordo com o Censo Agropecuário 2006 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e que pela primeira vez retrata a agricultura familiar brasileira, constatou que esta emprega quase 75% da mão-de-obra no campo ocupando uma área de apenas 24,3% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e respondendo por 38% do valor da produção. Outros dados do IBGE mostram que a agricultura familiar neste período respondeu por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. Outro dado revelador do Censo 2006 está relacionado ao número de pessoas ocupadas na agricultura: 74,4% do total de trabalhadores ocupados no campo, cerca de 12,3 milhões de pessoas, estão ligados a agricultura familiar. A política dos assentamentos rurais caminha na contramão da proposta hegemônica de desenvolvimento pensada para o Brasil.

Este projeto de desenvolvimento levado a cabo no século XX funcionava segundo a ideologia de que era preciso produzir, fazer a riqueza do país crescer para

depois repartir os benefícios com o conjunto da população. O crescimento econômico passou a ser o a chave, o objeto de consumo do novo projeto. Segundo Castoriadis, “Essa chave era o crescimento econômico, que se poderia realizar sem dificuldades graças aos novos métodos de regulação da demanda, e as taxas de crescimento do PNB por habitantes forneciam a resposta para todas as questões” (CASTORIADIS, 1987). Este tipo de proposta de crescimento passou a sofrer pesadas críticas devido ao preço que a sociedade pagaria por tal crescimento.

A respeito deste preço,

Quase simultaneamente, “descobria-se” que esse “preço” envolvia um elemento importantíssimo que até então tinha passado em silêncio, e cujas consequências muitas vezes não diziam respeito diretamente às gerações presentes. Tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização; efeitos desencadeadores de reações ambientais que continuam, para além de um certo ponto, desconhecidas e imprevisíveis, e que poderiam eventualmente desembocar em uma avalanche catastrófica final, ultrapassando toda possibilidade de “controle”. (CASTORIADES, 1987, P.64).

De forma sustentável, além do crédito bancário, o acesso a bens de consumo duráveis reveste-se de grande importância porque possibilita a estas famílias a compra de bens como geladeiras, TV etc., aquecendo o comércio local e regional, revelando-se, por si só, um indicador decisivo da melhoria vida destas famílias que agora reúnem as condições objetivas para a realização destes desejos. Lojas de roupas populares, miudezas em geral, material de construção, de produtos agropecuários (veneno, sementes, medicamento veterinário, etc.) tiveram significativa expansão.

Outra conquista não menos importante e que assume papel decisivo na própria continuidade dos assentamentos é o acesso à educação e a saúde, condição antes precária pelo fato de que estas famílias não tinham endereço fixo, necessitando de se deslocar constantemente, dificultando a evolução educacional de seus filhos que perdia constantemente o ano e, não raramente, o entusiasmo pelos estudos. A condição de assentado, com endereço fixo, permite ao estudante a possibilidade de avançar nos estudos, o que será importante para ele, para a família e até mesmo para a sua comunidade.

O acesso à saúde também é condição primordial para a melhoria de vida da população. A fixação destas famílias assentadas permite aos órgãos de saúde um acompanhamento sistemático da evolução da saúde da comunidade através dos Agentes de Saúde, sobretudo sobre a evolução das crianças. Para Heredia,

As experiências dos assentamentos mostram como a nova condição de assentado representou uma melhoria no acesso à educação e a saúde, produziu impactos importantes na geração de emprego e renda, tanto no âmbito do assentamento como no entorno, que repercutiu sobre a própria dinâmica da região. (HEREDIA et al, 2004, p.13).

Pessoas com um nível de formação elevada e em bom estado de saúde tem melhores condições de inserção em um mercado de trabalho que se apresenta cada vez mais competitivo, excludente e seletivo. A instalação destes assentamentos também provocou um impacto significativo sobre a vida das comunidades do seu entorno, pois, representou o aumento do número de consumidores e da oferta de produtos produzidos na região, produzindo aquecimento nas relações econômicas. Sobre os impactos dos assentamentos, Heredia nos diz: “Assim, um dos impactos mais evidentes provocados pelos assentamentos nas áreas urbanas vizinhas tem sido o aquecimento das feiras e do movimento do comércio”. (HEREDIA et al, 2004, p.134).

Falando sobre o rural, Wanderley nos diz:

Seu estudo Oe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (WANDRLEY, 2009, p.204)

### **3. Considerações Finais**

Nesta perspectiva, o Status de Produtor Rural, o processo de emancipação política que o elevou a condição de sujeito de seu próprio tempo e as conquistas advindas de sua nova realidade social ofereceram as condições objetivas sobre as quais estes assentados estão forjando a sua nova identidade, contribuindo de forma decisiva sobre os níveis de desenvolvimento da região e para a melhoria de vida da população do município. Não resta dúvida que o programa de assentamentos rurais instalados no



município de Sossego significou uma significativa melhoria nas condições de vida da população, no entanto, observamos também que assentar implica não apenas dar um lote de terra para uma família trabalhar. É preciso que o Governo Federal, através dos órgãos competentes, como o MDA e o INCRA, ofereçam condições objetivas mais eficazes no sentido de fazer com que o homem do campo construa no campo as condições de sobrevivência adequadas para sua família. Assistência Técnica, Linhas de Créditos a juros baixos, capacitação técnica, formação educacional e formação profissional, são alguns exemplos de ações que o poder público pode desenvolver nestas áreas assentadas. Além do mais, sentimos falta de infra-estrutura adequada nas áreas assentadas. Escolas, postos de saúde, fornecimento de água e esgoto e estradas para escoar a produção caracterizam ações que precisam caminhar juntas com a implantação dos assentamentos como políticas públicas articuladas.

## REFERÊNCIAS

- BARACUHY, José Geraldo de Vasconcelos; LIMA, Vera Lúcia Antunes de e SAMPAIO, Francisco Monte Alverne de S. **Dossiê de Ambiente Município de Sossego - PB**. UFCG – Centro de Desenvolvimento, Difusão e Apoio Comunitário. Campina Grande – 2005.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do Labirinto II**: os Domínios do Homem. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1987.
- DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. B. Horizonte. Autêntica, 2006.
- HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilda... [et al] cord. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.
- HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilda... [et al] cord. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRRJ, 2001.
- LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. **Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Convênio CPDA – FINEP, 2002.

- 
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2004.
- MORARES, J. L. A. **Capital social e desenvolvimento local. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora. MG, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 17ª Ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1979.
- SOUZA, S. P. **Os assentamentos rurais no contexto espacial e sócio-econômico do município de Euclides da Cunha Paulista**: Monografia – UNESP Presidente Prudente-SP, 1996.
- STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil: Das sesmarias ao MST**. São Paulo, Ed. Moderna, 2006.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol 1. Ed Paz e Terra.
- WANDERLY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.